



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIAS

Matéria: Projeto de Lei Ordinária nº 1284/2023

Ementa: CONSIDERA BEM CULTURAL PARA FINS DE REGISTRO DE NATUREZA IMATERIAL O TERÇO DE SÃO PEDRO DO BAIRRO TIBERY NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Autoria Eduardo Moraes

Relatoria: Neemias Miquéias

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para a realização de uma análise e emissão de parecer o Projeto de Lei em epígrafe, apresentado pelo nobre vereador, pretendendo Registrar no Município de Uberlândia, para fins de proteção do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, o “Terço de São Pedro do Bairro Tibery”.

Este projeto teve parecer favorável à sua tramitação na Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Este é, em síntese, o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O parecer é o pronunciamento de comissão, de caráter opinativo, sobre matéria sujeita a seu exame nos termos do artigo 134 do Regimento Interno (Resolução 031/2002).

Nos termos do inciso I do artigo 94 da Resolução supra, cabe às comissões, em razão de sua competência ou da finalidade de sua constituição apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles emitir parecer.

Assim, são atribuições da Comissão de Educação, Cultura e Ciência nos termos do inciso II do artigo 102 do Regimento Interno, a saber:

Art. 102 - A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação incumbindo, especificamente:

(...)

II - Educação, Cultura e Ciência: (Redação a Resolução n.º 113/19):





Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

- a) política e sistema educacionais; (Redação da Resolução n.º 035/03)*
- b) implantação de unidades e programas educacionais relativos a custo/benefício;*
- c) política de desenvolvimento e proteção do patrimônio histórico e cultural do Município*

Consoante destacado pela Douta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o intuito do presente projeto de lei é proteger o “Terço de São Pedro do Bairro Tibery”, como patrimônio histórico-cultural de natureza imaterial do município de Uberlândia, através do instrumento adequado, que é o registro.

Ademais, frisa-se que a competência para proteção do patrimônio histórico-cultural é administrativa e comum dos entes federativos.

Sobre a cultura, assim dispõe a Carta Magna:

CF, Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (grifo nosso)

Percebe-se que a proteção dos bens de natureza imaterial de valor histórico-cultural através do registro é uma das formas de proteção dos bens do patrimônio do Município de Uberlândia e, portanto, merece guarida.

Ressalta-se que, conforme a **Ação Cível Originária n. 1.208, julgada pelo STF, ficou decidido que o tombamento pode ser feito por ato legislativo** visto que tal providência possui caráter provisório. Em outras palavras, apesar de ser possível um ato legislativo dispor sobre tombamento, o caráter de definitividade da providência fica a cargo do Poder Executivo.





Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

Válido destacar que, apesar da decisão falar sobre tombamento, é possível compreender que, *mutatis mutandis*, o mesmo possa ser utilizado para fins de registro, visto que também se busca a proteção do patrimônio histórico-cultural.

A legislação municipal que estabelece sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural, inclusive os procedimentos necessários, é a nº 10.662/2010, sendo que sobre o registro destacam-se os seguintes termos:

Art. 9º O registro é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público reconhece, protege e inscreve em livro próprio, como patrimônio cultural, bens de natureza imaterial, a fim de garantir a continuidade de expressões culturais referentes à memória, à identidade e à formação da sociedade do Município para o conhecimento das gerações presente e futuras.

Verifica-se, então, que este projeto visa preservar como patrimônio histórico-cultural local, o bem de natureza imaterial, conhecido como “Terço de São Pedro do Bairro Tibery”, através do Registro.

Assim, no mérito, esta Comissão manifesta-se FAVORÁVEL à tramitação do projeto.

Mais uma vez ressalta-se que nenhum parecer tem a primazia da verdade absoluta, pois trazem em cada linha aquilo que estudam sobre a questão analisada, para ao final opinarem pela legalidade e constitucionalidade ou o contrário em cada propositura.

Os pareceres não devem encerrar a questão, pois o direito não é uma ciência exata, e deve se respeitar as correntes de entendimentos sobre uma tese ou outra que se encontra no bojo de cada projeto analisado.

Nesse sentido, há que sempre ser considerado como de natureza opinativa e não vinculante, os pareceres da Comissão, pois a convicção dos membros desta Casa é assegurada pela soberania do Plenário.

Este é o Parecer, s.m.j.

III - CONCLUSÃO

Depois de realizada a análise legal do referido Projeto e atendidos os pressupostos de admissibilidade quanto ao conteúdo e iniciativa, Constitucionalidade e Legalidade, Técnica Legislativa e Mérito, esta Comissão, acolhendo o voto do Relator opina pela tramitação e aprovação da matéria, com fulcro no art. 102 do Regimento Interno, não contendo a mesma qualquer vício





Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

que possa impedir sua tramitação.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2024

Neemias Miquéias
Relator

Parecer CECC nº 2/2024 ao PL 1284/2023 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Thais Andrade e outro.
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://e-processos.camarauberlandia.mg.gov.br/conferir_assinatura e informe o código 295E-768F-61B9-22B3

